

Comunicado à Imprensa

Ratings da BRK retirados do *CreditWatch* negativo e rebaixados para 'brA+' por aumento de alavancagem para financiar nova concessão; perspectiva negativa

10 de julho de 2026

Resumo da Ação de Rating

- O consórcio entre BRK Ambiental e Acciona Água venceu em dezembro de 2025 a concessão de saneamento do Bloco 2 em Pernambuco (RMR Pajeú), que abrange 151 municípios e exige R\$ 15,4 bilhões em investimentos (capex), com capex e outorgas elevados nos anos iniciais. Para financiar o projeto a BRK estruturou R\$ 3,9 bilhões em dívida em maio de 2026 via SPE, atuando como fiadora de 50% do montante, o que impacta diretamente seus indicadores de dívida ajustada.
- Consequentemente, o rebaixamento dos ratings reflete nossa projeção de que a dívida líquida ajustada sobre EBITDA ultrapasse 6,5x em 2026, acentuada por um cenário de taxas de juros elevadas, dado que 44% da dívida da BRK é indexada ao CDI. Além do aumento do endividamento, observa-se uma redução no colchão para cumprimento dos *covenants* financeiros de suas debêntures, o que nos levou a revisar a liquidez da companhia para insuficiente. Contudo, esperamos que as fontes de caixa excedam os usos em mais de 20% nos próximos 12 meses, incluindo uma posição de caixa consolidada superior a R\$ 2 bilhões, e que a companhia possua certa flexibilidade nos investimentos e outras ações para mitigar a pressão nos *covenants*.
- Nesse contexto, em 10 de julho de 2026, a S&P National Ratings retirou da listagem *CreditWatch* negativa e rebaixou os ratings de emissor e de emissão da BRK na Escala Nacional Brasil de 'brAA-' para 'brA+', com perspectiva negativa. Além disso, reafirmamos o rating de recuperação 'br4' (estimativa arredondada: 30%) de sua dívida.
- A perspectiva negativa reflete o risco de um novo rebaixamento caso a companhia enfrente pressões de liquidez, especialmente se sua alavancagem se aproximar ainda mais da estabelecida por seus *covenants* financeiros, de dívida líquida sobre EBITDA em 5,5x até 31 de dezembro de 2026 e 5,0x até 31 de dezembro de 2027.

Analista principal

Gabriel Gomes, CFA
São Paulo
55 (11) 3039-4838
gabriel.gomes@spglobal.com

Contato analítico adicional

Wendell Sacramoni, CFA
São Paulo
55 (11) 3039-4855
wendell.sacramoni@spglobal.com

Líder do comitê de rating

Marcelo Schwarz, CFA
São Paulo
55 (11) 3039-9782
marcelo.schwarz@spglobal.com

Fundamentos da Ação de Rating

Rebaixamento do rating reflete aumento da alavancagem, sobretudo após garantir

financiamentos da sua nova concessão Em 18 de dezembro de 2025, o consórcio formado pela BRK Ambiental Participações S.A. e pela Acciona Água S.A. (não avaliada) — subsidiária indireta da Acciona, S.A. — venceu o leilão da concessão regionalizada de saneamento em Pernambuco (Bloco RMR Pajeú). O contrato abrange 151 municípios e uma população estimada de sete milhões de habitantes, incluindo a Região Metropolitana do Recife, com prazo de 35 anos. Sob o modelo de concessão, o consórcio será responsável pela distribuição de água e esgotamento sanitário, enquanto a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa; não avaliada) manterá a responsabilidade pela captação e tratamento. O consórcio combina a expertise

Ratings da BRK retirados do CreditWatch negativo e rebaixados para 'brA+' por aumento de alavancagem para financiar nova concessão; perspectiva negativa

operacional da BRK no setor de saneamento com a capacidade de execução de obras da Acciona.

A proposta vencedora previu um desconto tarifário de 5% e uma outorga fixa de R\$ 3,5 bilhões (base set/23), com aproximadamente 60% do valor (R\$ 2,1 bilhões) quitados na assinatura do contrato em 29 de abril de 2026. Atualmente, o consórcio encontra-se em fase de operação assistida junto à Compesa. Após esse período, o pagamento de 20% da outorga (R\$ 700 milhões) ocorrerá em setembro de 2026, seguido pelos 20% remanescentes em setembro de 2028. Todos os montantes serão corrigidos pelo IPCA. O capex previsto para o bloco totaliza R\$ 15,4 bilhões, com cerca de 70% concentrados nos primeiros nove anos de operação.

Para financiar a outorga e o capex inicial, a BRK estruturou um novo financiamento em maio via BASA Saneamento Ambiental S.A., uma sociedade de propósito específico (SPE) constituída para o projeto. A estrutura totaliza R\$ 3,9 bilhões, composta por uma debênture institucional de R\$ 2,05 bilhões (prazo de dois anos, CDI + 1,90%) e um empréstimo bilateral internacional de R\$ 1,85 bilhão (prazo de dois anos, CDI + 1,70%, com *hedge* total para CDI). A SPE que detém a concessão possui participações iguais entre a BRK e a Acciona, portanto não é consolidada por elas. Contudo, como a BRK atua como fiadora de 50% dessas dívidas da SPE, incorporamos tais obrigações em nossa análise de dívida ajustada. Devido ao elevado capex do projeto, não antecipamos distribuições de dividendos relevantes nos próximos anos.

A combinação de maior endividamento da BRK com manutenção da Selic em patamares elevados pressiona os indicadores de crédito do grupo, uma vez que cerca de 44% da dívida da BRK é indexada ao CDI. Projetamos que a dívida líquida ajustada sobre EBITDA supere 6,5x em 2026 e fique ligeiramente abaixo de 6,0x em 2027, justificando o rebaixamento do rating. Também observamos uma redução na margem para cumprimento dos *covenants* das debêntures *senior unsecured*, que limitam o índice de dívida líquida sobre EBITDA consolidado a 6,5x até setembro de 2026, a 5,5x a partir de dezembro do mesmo ano e a 5,0x em dezembro de 2027. Observamos que o cálculo do *covenant* da BRK difere de como calculamos as métricas de crédito da empresa, uma vez que ajustamos a dívida por outorga a ser paga e garantias financeiras. Nossa revisão da liquidez para insuficiente reflete esse colchão inferior a 10%. Contudo, esperamos que as fontes de caixa excedam os usos em mais de 20% nos próximos 12 meses, incluindo uma posição de caixa consolidada superior a R\$ 2 bilhões.

A companhia apresenta certa flexibilidade em seu plano de investimentos e pleitos em discussão. Nas regiões metropolitanas de Maceió (RMM) e Recife (RMR) — que representam aproximadamente 60% do capex planejado para o período 2026-2028 — a BRK dispõe de prazo para a universalização dos serviços até 2037, o que oferece uma margem superior à meta de 2033 estabelecida pelo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020).

Ademais, a BRK mantém um pleito relativo a recebíveis da concessão de Rio das Ostras, já encerrada. O litígio, iniciado em janeiro de 2017, envolve a revisão da Contraprestação Mensal (CPM): após uma liminar que limitava o valor a R\$ 1,5 milhão, o montante foi revisado para R\$ 5,4 milhões mensais em junho de 2022, por decisão do STJ. No primeiro trimestre de 2026, o saldo de recebíveis registrado em balanço era de aproximadamente R\$ 853 milhões. Recentemente, a BRK obteve decisões de mérito favoráveis em primeira instância e na ação revisional, além de possuir o equivalente a 15 depósitos mensais em conta judicial. Contudo, devido à imprevisibilidade de prazos e valores, tal expectativa ainda não foi incorporada ao nosso cenário base.

A empresa tem priorizado o aumento da eficiência operacional, com foco na redução de custos operacionais e no controle de inadimplência e perdas. Esperamos que a média de perdas combinada da empresa, antes acima de 40%, diminua gradualmente para abaixo de 35%, em linha com sua média histórica antes da incorporação da nova concessão de Maceió. Ademais,

Ratings da BRK retirados do *CreditWatch* negativo e rebaixados para 'brA+' por aumento de alavancagem para financiar nova concessão; perspectiva negativa

a BRK tem apresentado ganhos de eficiência operacional, impulsionados pela reestruturação de sua área de suprimentos e pela adoção de novas técnicas construtivas. Isso deve ajudar o grupo a apresentar uma melhora gradual da margem EBITDA, de 58% no primeiro trimestre de 2026 para cerca de 60% em 2027.

A vitória no leilão do Bloco 2 em Pernambuco consolida o plano de expansão da BRK, representando seu maior movimento estratégico desde a concessão de Maceió em 2020.

A nova operação permite a captura de sinergias com a Parceria Público-Privada (PPP) que a companhia mantém no estado desde 2013, visando otimizar recursos e ampliar ganhos de escala por meio da convergência regulatória, operacional e administrativa. Por abranger 151 municípios e uma população de 7 milhões de habitantes, o projeto posiciona a BRK para um crescimento estrutural relevante em sua base de ativos.

Contudo, o contrato exige uma transformação profunda no saneamento local, demandando investimentos intensivos para sanar o déficit de esgotamento sanitário de atualmente 34% em Recife e atingir as metas de universalização de 2037. O controle de perdas de 60,1% e a redução de 12% para 5% na inadimplência configuram desafios críticos de gestão de receita e eficiência operacional. A expertise técnica do consórcio mitiga o risco, uma vez que a experiência operacional da BRK e a capacidade de execução de obras da Acciona reforçam a aptidão para gerir a complexidade desse plano de investimentos. A relevância operacional da BRK é reforçada pelo fato de que aproximadamente 52% da receita estimada de R\$ 123 bilhões prevista no Edital da Licitação Pajeú está concentrada na RMR.

Perspectiva

A perspectiva negativa reflete o risco de um novo rebaixamento caso a companhia enfrente pressões de liquidez, especialmente se sua alavancagem se aproximar ainda mais da estabelecida pelos seus *covenants* financeiros, que limitam sua dívida líquida sobre EBITDA a 5,5x até 31 de dezembro de 2026 e a 5,0x até 31 de dezembro de 2027.

Cenário de rebaixamento

Poderemos rebaixar os ratings nos próximos 12 meses diante de uma deterioração da geração de caixa da companhia, o que poderia resultar em dívida líquida ajustada sobre EBITDA próxima de 7,0x e cobertura de juros pelo EBITDA de aproximadamente 1,0x, além de causar o descumprimento de seus *covenants* financeiros, dada o atual colchão limitado. Em nossa visão, isso poderia ocorrer em um cenário de desafios operacionais, levando a uma eventual necessidade de maior alavancagem para viabilizar os investimentos projetados.

Cenário de elevação

A perspectiva pode ser alterada para estável caso haja uma redução do risco de quebra de *covenants* no curto prazo, acompanhada por uma desalavancagem que amplie a margem de conformidade em relação aos *covenants* financeiros.

Poderemos elevar os ratings nos próximos 18 meses diante de uma melhora significativa nas métricas de crédito, com dívida líquida sobre EBITDA consistentemente abaixo de 5,0x e cobertura de juros pelo EBITDA acima de 2,5x. Isso ocorreria em um cenário de expansão da rede de água e esgoto, redução de perdas na distribuição de água, reajustes tarifários acima de nossas premissas de cenário-base, ou ainda, de um potencial IPO.

Descrição da Empresa

A BRK Ambiental é terceira maior companhia privada de saneamento no Brasil, atendendo mais de 16 milhões de pessoas em mais de 100 municípios brasileiros em 13 estados no país.

Suas unidades operacionais atuam na gestão de serviços de água e esgoto, por meio de concessões plenas (água e esgoto), concessões parciais (esgoto), PPPs e outras associações com empresas estaduais e municipais. Desde 2017, a BRK é controlada indiretamente pelo grupo Brookfield (70%) e pelo FI-FGTS (30%).

Nosso Cenário de Caso-Base

Premissas

- Crescimento da receita líquida de 13,6% em 2026, 10% em 2027 e 2028, refletindo o aumento de volume faturado decorrente da expansão da rede de água e esgoto, juntamente com o reajuste tarifário ajustado pela inflação e crescimento orgânico nas concessões existentes e novas concessões, especialmente em Maceió.
- Esperamos que as tarifas cresçam de acordo com a inflação, indexador principal do reajuste tarifário. Estimamos uma taxa de inflação de 4,7% para 2026, 4,1% para 2027, 3,7% para 2028 e 3,3% para 2029, em linha com as últimas premissas macroeconômicas de junho de 2026.
- Melhora gradual na margem EBITDA refletindo as ações para aumento de eficiência, com ganhos de escala e investimentos focados na redução de perdas na distribuição (diretamente ligadas à rentabilidade), além da execução de projetos para ampliar a base de conexões de água e esgoto. Além disso, a melhora reflete os esforços comerciais da companhia na redução das taxas de inadimplência.
- Aporte de capital de aproximadamente R\$ 400 milhões já realizado em 2026 em Pernambuco.
- Capex de cerca de R\$ 1,2 bilhão em 2026, 2027 e 2028, refletindo o plano de expansão da rede de água e esgoto, investimentos comerciais e medidas para redução de perdas na distribuição.

Principais métricas

BRK Ambiental Participações S.A. – Resumo das projeções*

Fim do período	--Ano fiscal findo em 31 de dezembro de--			
	2025R	2026E	2027P	2028P
R\$ milhões				
Receita	3.630	4.123	4.568	5.001
EBITDA	2.002	2.415	2.757	3.038
Investimentos (capex)	709	1.189	1.222	1.237
Fluxo de caixa operacional livre (FOCF - <i>free operating cash flow</i>)	(300)	(487)	(217)	40
Índices ajustados**				
Dívida/EBITDA (x)	6,6	6,7	5,9	5,4
FFO/dívida (%)	5,8	5,1	6,9	8,5
Cobertura de juros pelo EBITDA (x)	1,7	1,5	1,8	2,0
FOCF/dívida (%)	(2)	(3)	(1)	0
Margem EBITDA (%)	55	59	60	61

Ratings da BRK retirados do *CreditWatch* negativo e rebaixados para 'brA+' por aumento de alavancagem para financiar nova concessão; perspectiva negativa

*Todos os números foram ajustados pela S&P National Ratings, exceto se apresentados como reportados. R: Realizado. E: Estimado. P: Projetado.

**Ajustamos a dívida bruta reportada considerando o passivo decorrente de outorgas a serem pagas, a garantia financeira de 50% da dívida da AP-5 e de BASA, e sua atualização monetária da dívida, e por fim, arrendamento da companhia.

Liquidez

Revisamos nossa avaliação da liquidez da BRK para insuficiente refletindo o colchão limitado projetado no cumprimento de seu *covenant* de dívida líquida sobre EBITDA de até 5,5x em 31 de dezembro de 2026. Por outro lado, esperamos que as fontes de caixa excedam os usos em mais de 20% nos próximos 12 meses. O grupo historicamente apresenta níveis elevado de caixa, com flexibilidade para reduzir investimentos, se necessário, para preservar sua posição de liquidez.

Principais fontes de liquidez

- Caixa e equivalentes de caixa totalizando R\$ 2,0 bilhões em 31 de março de 2026;
- Geração de caixa operacional líquida de juros e impostos de cerca de R\$ 987 milhões nos próximos 12 meses.

Principais usos de liquidez

- Dívida de curto prazo de R\$ 841 milhões nos próximos 12 meses;
- Necessidades de capital de giro em torno de R\$ 200 milhões nos próximos 12 meses;
- Capex de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão nos próximos 12 meses;
- Aporte de aproximadamente R\$ 400 milhões nos próximos 12 meses.

Análise de Cláusulas Contratuais Restritivas (*Covenants*)

A escritura da 14^a emissão de debêntures *senior unsecured* estabelece o seguinte cronograma de *covenants* de dívida líquida sobre EBITDA, a serem cumpridos trimestralmente, e seu descumprimento pode levar a vencimento antecipado não automático:

- Menor ou igual a 6,5x entre 31 de dezembro de 2025 e 30 de setembro de 2026;
- Menor ou igual a 5,5x de 31 de dezembro de 2026 até o vencimento das debêntures.

Contudo, há previsão de um outro cronograma, que entrará em vigor assim que 100% das dívidas institucionais da companhia — incluindo debêntures e notas comerciais, mas excluindo instrumentos com tratamento tributário preferencial — estiverem sujeitas a estas novas condições. Sob este novo regime, os limites serão:

- Menor ou igual a 6,5x entre 31 de dezembro de 2025 e 30 de setembro de 2026;
- Menor ou igual a 6,0x entre 31 de dezembro de 2026 a 30 de setembro de 2027;
- Menor ou igual a 5,5x de 31 de dezembro de 2027 até o vencimento das debêntures.

Atualmente as 8^a, 10^a, 12^a e 13^a emissões de debêntures — com saldos remanescentes em torno de R\$ 400 milhões, R\$ 662 milhões, R\$ 500 milhões e R\$ 455 milhões, respectivamente, em março de 2026 — também estão sujeitas ao *covenant* que limita dívida líquida sobre EBITDA a 5,50x a partir de dezembro de 2026. Observamos que o cálculo do *covenant* da BRK difere de como calculamos as métricas de crédito da empresa, uma vez que ajustamos a dívida por outorga a ser paga e garantias financeiras.

Ratings da BRK retirados do *CreditWatch* negativo e rebaixados para 'brA+' por aumento de alavancagem para financiar nova concessão; perspectiva negativa

O reduzido colchão no cumprimento dos *covenants* financeiros representa um risco de crédito, uma vez que uma eventual contração na geração de caixa poderia resultar na quebra deles e desencadear o vencimento antecipado automático dessas dívidas, embora de forma não automática.

Continuaremos monitorando de perto o cumprimento dessas obrigações. Caso necessário, a BRK detém flexibilidade para mitigar a pressão sobre os *covenants* financeiros por meio da redução de investimentos e outras medidas de contenção, como nova alavancagem de ativos ou refinanciamento de dívidas para a padronizar os *covenants* de seus instrumentos.

Ratings de Emissão – Análise de Recuperação

	Valor da emissão	Vencimento	Rating de emissão	Rating de recuperação
BRK Ambiental Participações S.A.				
14ª emissão de debêntures <i>senior unsecured</i>	R\$ 1,5 bilhão	Outubro de 2030	brA+	br4(30%)

Principais fatores analíticos

O rating de recuperação 'br4' da 14ª emissão indica nossa expectativa de uma recuperação baixa (estimativa arredondada: 30%-50%) para os credores das debêntures em um cenário hipotético de default.

Em nosso cenário simulado, consideramos que a empresa teria incentivos para ser reestruturada em vez de liquidada, dada a natureza estável e previsível de seus contratos de concessão para serviços de saneamento. Nesse cenário, o default ocorreria em 2029 em função de uma recessão econômica prolongada no Brasil, o que aumentaria a inadimplência em todas as concessões operadas pela BRK, reduzindo consideravelmente a geração de caixa da empresa e aumentando suas necessidades de capital de giro.

A BRK depende do fluxo de dividendos oriundos exclusivamente das concessões operacionais, nas quais a maior parte do endividamento do grupo está concentrado. Dessa forma, além da subordinação estrutural no fluxo de caixa observaríamos, em um cenário hipotético de default, um valor residual baixo para os credores no nível da BRK, próximo de 30%.

Default simulado e premissas de avaliação

- Ano simulado do default: 2029
- EBITDA de emergência: R\$ 2,05 bilhões
- Múltiplo de EBITDA: 5,5x

Estrutura de prioridade de pagamentos (*waterfall*)

- Valor da empresa (EV – *enterprise value*) líquido após custos administrativos de 5%: R\$ 11,3 bilhões
- Dívida prioritária nas operacionais: R\$ 8,7 bilhões
- Dívida *senior unsecured* na holding: R\$ 5,2 bilhões (empréstimos e debêntures)
- Expectativa de recuperação para a dívida *unsecured*: 30%

Nota: Todos os montantes de dívida incluem seis meses de juros pré-petição.

Ratings da BRK retirados do *CreditWatch* negativo e rebaixados para 'brA+' por aumento de alavancagem para financiar nova concessão; perspectiva negativa

Tabela de Classificação de Ratings

Rating de crédito de emissor na Escala Nacional Brasil	brA+/Negativa/--
Risco de negócio	Excelente
Risco da indústria	Muito baixo
Posição competitiva	Excelente
Risco financeiro	Altamente alavancado
Fluxo de caixa/Alavancagem	Altamente alavancado
Âncora	bra+
Estrutura de capital	Neutra
Administração e governança	Neutra
Liquidez	Insuficiente
Análise holística	Neutra
Perfil de crédito individual (SACP - stand-alone credit profile)	bra+

Certos termos utilizados neste relatório, particularmente certos adjetivos usados para expressar nossa visão sobre os fatores que são relevantes para os ratings, têm significados específicos que lhes são atribuídos em nossos Critérios e, por isso, devem ser lidos em conjunto com tais Critérios. Consulte os Critérios de Rating no novo site da Escala Nacional Brasil para mais informações. As descrições de cada categoria de rating da S&P National Ratings estão disponíveis nas “[Definições de ratings na Escala Nacional Brasil](#)”. Todos os ratings mencionados neste relatório são disponibilizados no site público da S&P National Ratings.

Critérios e Artigos Relacionados

Critérios

- [Metodologia: Considerações suplementares de ratings na Escala Nacional Brasil](#), 18 de agosto de 2025
- [Metodologia para atribuição de ratings corporativos na Escala Nacional Brasil](#), 18 de agosto de 2025

Artigos

- [Definições de ratings na Escala Nacional Brasil](#)
- [Ratings ‘brAA-’ da BRK colocados em *CreditWatch* negativo por potencial aumento de alavancagem após vitória no leilão de Pernambuco](#), 29 de dezembro de 2025

Emissor	Data de atribuição do rating inicial	Data da ação de rating anterior
BRK Ambiental Participações S.A.		
Rating de Crédito de Emissor		
Escala Nacional Brasil	25 de julho de 2025	29 de dezembro de 2025

Informações regulatórias adicionais

Outros serviços fornecidos ao emissor

A S&P National Ratings tem fornecido à BRK Ambiental Participações S.A. o serviço *Climate Transition Assessment*.

Atributos e limitações do rating de crédito

A S&P National Ratings utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A S&P National Ratings não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A S&P National Ratings não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a S&P National Ratings acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela S&P National Ratings não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a S&P National Ratings se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a S&P National Ratings utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

Aviso de ratings ao emissor

O aviso da S&P National Ratings para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Notificações ao Emissor \(incluindo Apelações\)](#)".

Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da S&P National Ratings de seus ratings de crédito é abordado em:

- [Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito \(na seção de Regras, Procedimentos e Controles Internos\)](#)
- [Política de Monitoramento](#)

Ratings da BRK retirados do *CreditWatch* negativo e rebaixados para 'brA+' por aumento de alavancagem para financiar nova concessão; perspectiva negativa

Conflitos de interesse potenciais da S&P National Ratings

A S&P National Ratings publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais na seção "[Potenciais Conflitos de Interesse](#)".

Faixa limite de 5%

A S&P National Ratings Brasil publica em seu [Formulário de Referência](#), disponível na página de "Informações Regulatórias", o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

As informações regulatórias (PCR - *Presentation of Credit Ratings* em sua sigla em inglês) da S&P National Ratings são publicadas com referência a uma data específica, vigentes na data da última Ação de Rating de Crédito publicada. A S&P National Ratings atualiza as informações regulatórias de um determinado Rating de Crédito a fim de incluir quaisquer mudanças em tais informações somente quando uma Ação de Rating de Crédito subsequente é publicada. Portanto, as informações regulatórias apresentadas neste relatório podem não refletir as mudanças que podem ocorrer durante o período posterior à publicação de tais informações regulatórias, mas que não estejam de outra forma associadas a uma Ação de Rating de Crédito. Observe que pode haver casos em que o PCR reflete uma versão atualizada do Modelo de Ratings em uso na data da última Ação de Rating de Crédito, embora o uso do Modelo de Ratings atualizado tenha sido considerado desnecessário para determinar esta Ação de Rating de Crédito. Por exemplo, isso pode ocorrer no caso de revisões baseadas em eventos (*event-driven*) em que o evento que está sendo avaliado é considerado irrelevante para aplicar a versão atualizada do Modelo de Ratings. Observe também que, de acordo com as exigências regulatórias aplicáveis, a S&P National Ratings avalia o impacto de mudanças materiais nos Modelos de Ratings e, quando apropriado, emite Ratings de Crédito revisados se assim requerido pelo Modelo de Ratings atualizado.

Ratings da BRK retirados do CreditWatch negativo e rebaixados para 'brA+' por aumento de alavancagem para financiar nova concessão; perspectiva negativa

Copyright © 2026 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito, avaliações, modelos, software ou outras aplicações ou informações obtidas a partir destes) ou qualquer parte destas informações (Conteúdo) pode ser modificada, sofrer engenharia reversa, ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma, nem meio, nem armazenada em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou de suas afiliadas (coletivamente, S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem seus provedores externos, nem seus diretores, representantes, acionistas, empregados nem agentes (coletivamente, Partes da S&P) garantem a exatidão, completitude, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões (por negligência ou não), independentemente da causa, pelos resultados obtidos mediante o uso de tal Conteúdo, ou pela segurança ou manutenção de quaisquer dados inseridos pelo usuário. O Conteúdo é oferecido "como ele é". AS PARTES DA S&P ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, MAS NÃO LIMITADA A QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO OU USO ESPECÍFICO, LIBERDADE DE FALHAS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEÚDO SEJA ININTERRUPTO OU QUE O CONTEÚDO OPERE COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, deverão as Partes da S&P ser responsabilizadas por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais ou consequentes (incluindo-se, sem limitação, perda de renda ou lucros e custos de oportunidade ou perdas causadas por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo aqui contido, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Parte do Conteúdo pode ter sido criado com o auxílio de uma ferramenta de inteligência artificial (IA). O Conteúdo Publicado criado ou processado usando IA é composto, revisado, editado e aprovado pela equipe da S&P.

Análises relacionadas a crédito e outras, incluindo ratings e as afirmações contidas no Conteúdo são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos. As opiniões da S&P, análises e decisões de reconhecimento de ratings (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de quaisquer títulos. Após sua publicação, em qualquer maneira ou formato, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo. Não se deve depender do Conteúdo, e este não é um substituto das habilidades, julgamento e experiência do usuário, sua administração, funcionários, conselheiros e/ou clientes ao tomar qualquer decisão de investimento ou negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos, exceto quando registrada como tal. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. Publicações relacionadas a ratings de crédito podem ser divulgadas por diversos motivos que não dependem necessariamente de uma ação decorrente de um comitê de rating, incluindo-se, sem limitação, a publicação de uma atualização periódica de um rating de crédito e análises correlatas.

Até o ponto em que as autoridades reguladoras permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating atribuído em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se o direito de atribuir, retirar ou suspender tal reconhecimento a qualquer momento e a seu exclusivo critério. As Partes da S&P abdicam de qualquer obrigação decorrente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por qualquer dano supostamente sofrido por conta disso.

A S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas umas das outras a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P pode receber remuneração por seus ratings e certas análises, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus websites www.spglobal.com/ratings/pt/ (gratuito) e www.ratingsdirect.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.spglobal.com/usratingsfees.

STANDARD & POOR'S, S&P e RATINGSDIRECT são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC.